

Sumário

Introdução	1
Capítulo I: Justiça Distributiva e o Mínimo Existencial.....	5
1.1 O ideal da justiça distributiva.....	5
1.2 Princípio da igualdade e da capacidade contributiva	11
1.3 Fundamentos do princípio da capacidade contributiva.....	20
1.4 Capacidade contributiva objetiva e subjetiva.....	24
1.5 Limites ao princípio da capacidade contributiva	26
1.5.1 A vedação ao confisco tributário.....	29
1.5.2 O mínimo existencial.....	38
Capítulo II: O Mínimo Existencial no Ordenamento	
Jurídico Brasileiro e no Direito Comparado	55
2.1 Fundamentos do mínimo existencial negativo na Constituição	
Federal da República Federativa do Brasil de 1988.....	58
2.1.1 O Estado Social e Democrático de Direito.....	62
2.1.2 Princípio da dignidade da pessoa humana	64
2.1.2 Solidariedade.....	67
2.1.3 Igualdade	69
2.1.4 Liberdade	72
2.1.5 Erradicação da pobreza e redução das	
desigualdades sociais e regionais	76

2.1.6 Desenvolvimento da pessoa humana.....	79
2.1.7 Princípio da capacidade contributiva	81
2.2 Parâmetro do mínimo existencial	84
2.3 O mínimo existencial negativo no direito comparado.....	90
2.3.1 Alemanha	91
2.3.2 Argentina.....	96
2.3.3 Colômbia	99
2.3.4 Espanha.....	105
2.3.5 Itália.....	110
2.3.6 Moçambique.....	120
2.3.7 Peru.....	122
2.3.8 Portugal	124
2.3.9 Suíça	130
2.3.10 Uruguai	131
Capítulo III: A Intributabilidade do Mínimo Existencial: por uma Política Tributária mais Justa	137
3.1 Mínimo existencial e tributação sobre a renda.....	139
3.2 Mínimo existencial e tributação sobre consumo, produção e serviços	159
3.3 Mínimo existencial e tributação sobre patrimônio	177
3.4 Discricionariedade legislativa e controle jurisdicional.....	195
Conclusão	201
Referências.....	215